

A Escola Normal D. Pedro II e a normalista capixaba na memória cultural da Primeira República – década de 1920

Sônia Maria da Costa Barreto - Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo/PPG-
PUC/SP /UFES/FABAVI

A IMPRENSA

Esse estudo tem como objeto de pesquisa mostrar o contexto sociocultural do Espírito Santo na década de 1920, e como a Escola Normal D. Pedro II e a normalista capixaba, foram vistas pela sociedade, pela imprensa e pelo ideário republicano.

Tendo em vista esse estudo, pretendemos, ainda, fazer um resgate político, social, econômico e cultural do Espírito Santo, nesses anos, a fim de contextualizar não só o período focado na pesquisa, mas também demonstrar como o poder público contribuiu para formar e reafirmar concepções e imagens de um modelo de educação, e valores sobre a normalista e sua inserção no mercado de trabalho.

Buscaremos compreender como a imprensa capixaba formou e consolidou formas de ver a sociedade e contribuiu para a formação do imaginário social, formando opiniões acerca da Escola Normal D. Pedro II, e da normalista capixaba nos anos de 1920.

A revista *Vida Capixaba*, permaneceu em circulação por mais de trinta anos (1923 a 1957) retratando a vida social e política do Espírito Santo, representando o veículo de maior circulação no Estado. Considerada de mundanismo, com suas charges, artigos literários, poemas e colunas, foi a que mais tempo permaneceu periodicamente nas bancas. Abordando temas variados, retrata a sociedade capixaba, mostrando ao seu leitor os interesses da elite.

No início de sua publicação era constituída de 36 páginas, com anúncios e seções divididas em artigos, trechos literários e avulsos. Circulava na capital e no interior do estado, onde mantinha representantes. Também era vendida de forma avulsa no Rio de Janeiro, Capital Federal, nos jornaleiros da Galeria Cruzeiro e do Largo São Francisco de Paula, esquina da rua do Ouvidor.

A revista *Vida Capixaba*, agrupava um leque de informações em suas colunas e abusava na publicação de fotografias. Era uma revista noticiosa que serviu para também para divulgar a educação e o modelo de ensino utilizado nos cursos normais da Escola Normal D. Pedro II, única escola pública formadora de professoras, conhecidas, quando ainda alunas dessa escola, de

normalistas. A sua coleção quase completa encontra-se na Biblioteca Pública Estadual, é fonte de pesquisa para a historiografia capixaba.

Segundo ROSTOLDO (200, p. 33, apud Bittencourt),

A “Vida Capixaba” congregava o que havia de melhor no jornalismo e nas letras espírito-santenses, constituindo-se, assim, em preciosa fonte de indicações e informações sobre as décadas de 1920, e 1940, no Espírito Santo, além de influenciar decisivamente a imprensa capixaba contemporânea.

A imprensa tem um papel central que é a informação, mas também pode desempenhar outras funções, como a de integração social, expressão de opiniões, estimuladora de opinião pública, democratização da informação, dentre outras. Também é visto na sua natureza ideológica, submetido à lógica do poder e da dominação utilizando imagens visuais e textos verbais. Essa pesquisa favorecerá a compreensão de aspectos da cultura, do público leitor, da produção literária que marcou a sociedade em determinada época.

CONTEXTO SOCIOCULTURA DO ESPIRITO SANTO NA DÉCADA DE 1920

No início do século XX, o Espírito Santo ainda apresentava um quadro administrativo com características de província. A expansão das lavouras cafeeiras foi decisiva no desenvolvimento do Espírito Santo. O café tornou-se destaque, expandindo-se como cultura predominante da economia agro-exportadora do norte ao sul da Província.

Não se pode deixar de considerar que:

Paralelamente, à cultura cafeeira, desenvolveram-se atividades terciárias, abrindo espaço para o desenvolvimento e o progresso. Nasceram núcleos urbanos, serviços ligados ao transporte, beneficiamento do café, indústrias artesanais, comércio varejista, construção civil, comércio. Expandiram-se os serviços públicos. Com o decorrer do tempo, os núcleos urbanos prosperaram, favorecendo o surgimento de cidades, ampliando-se, assim, os laços das relações sociais já existentes. (BARRETO, 1999, p. 46).

As indústrias aqui instaladas durante o governo de Jerônimo de Sousa Monteiro (1908-1912), passaram por sérios problemas financeiros na década de 1920, ocasionados por falta de mão-de-obra especializada, capital de giro, matéria-prima e mercado receptivo, devido ao fechamento de portos europeus ocasionado pela deflagração da 1ª Guerra Mundial. O sistema econômico,

político e social permaneceu estreitamente vinculado à ordem capitalista mundial, em fins do século XIX. Esse desenvolvimento capitalista de produção provocou a divisão social do trabalho mais especializado, dividindo a sociedade capixaba em três classes sociais distintas:

- elite – constituída de políticos, funcionários públicos de categoria superior, juristas, exportadores de café, e os grandes proprietários de terra;
- intermediária – constituída comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, professores, estivadores, operários, e pequenos proprietários de terra;
- pobre – constituída de enfermeiros, bóias-frias, artesãos, biscateiros, vendedores, coveiros, costureiras, domésticas, telefonistas e lavadeiras.
- PACHECO (1998) caracteriza a sociedade capixaba no período de 20 a 30, como machista, tradicional e conservadora. Não possuía uma identidade que pudesse aparecer como expressão nacional. Buscava compartilhar os acontecimentos locais, e espelhar-se nas grandes cidades brasileiras e do mundo, numa situação de dependência e subordinação.

O lazer era desfrutado pelas classes intermediária e pobre, aos domingos, feriados e datas cívicas e religiosas, quando as pessoas se reuniam com familiares e vizinhos para participar de atividades oferecidas pelo poder público ou pela Igreja que se resumiam em partidas de futebol, desfiles militares, missas e procissões, ocasionando uma quebra de rotina da população.

Para a elite, as opções de lazer eram ampliadas com apresentação de peças no Melpôme, primeiro teatro de Vitória. O cinema Politeama, localizado no Parque Moscoso, centro de Vitória, foi o mais importante, tendo como clientela pessoas de diversas camadas sociais.

O relato das festas escolares, e também das festas da elite imprimiam uma marca na sociedade contemporânea. A revista *Vida Capixaba* publicou esses acontecimentos, e também outros, como exposição de trabalhos, festas cívicas, participação em esportes, sessões solenes e outros eventos organizados pelo Poder Público e pela Igreja, sempre com a participação das normalistas.

Um agravante tornou preocupante a situação econômico-financeira do país no final dos anos 20. Durante a presidência de Washington Luís (1926-1930), a economia capitalista deparou-se com a crise de depressão, que, em 1929, eclodiu nos *Estados Unidos*, culminando com a falência da Bolsa de Valores, em Wall Street, Nova York. Repercutiu em todo mercado internacional e desorganizou a economia brasileira. O Espírito Santo, como os demais estados, também sofreu as conseqüências em sua política econômica pautada no seu principal produto, o café. Nesse contexto, as indústrias foram ocupando seu espaço na sociedade, exigindo mudanças na vida cultural e econômica da cidade.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O IDEÁRIO REPUBLICANO

Para atender à demanda de escolarização, era necessário que houvesse cada vez mais professores. Nessa época, houve ainda uma mobilização em prol do magistério como atividade feminina, propiciando uma maior procura pelo acesso à formação que a Escola Normal D. Pedro II oferecia. Vale ressaltar que,

“...começava a prevalecer a idéia da necessidade de se instruírem as mulheres, pois, uma vez que eram as responsáveis pela educação dos filhos, poderiam ser, também, pela formação de bons cidadãos. No início da fase republicana, os ideólogos da República defendiam a idéia de que a mulher era a responsável pela constituição das gerações futuras e, em conseqüência, pelo futuro da nação. A nação dependeria, portanto, da forma como as mulheres educavam seus filhos e seus alunos.” (FRANCO, 2001, p.84).

A professora normalista, formada pela Escola Normal, historicamente, carregava estereótipos que são intrínsecos a idéia da mulher submissa, amorosa e solidária, sublimando a necessidade de ser o profissional reflexivo, sujeito de sua linguagem e de sua representatividade social. Assim, essas alunas viam no diploma a segurança de uma profissão elevada e digna, um meio de triunfar na vida, de ser útil à sociedade e à Pátria, além de desfrutarem de um sacerdócio.

A *Revista Vida Capixaba* retratou a importância dos projetos educacionais no Espírito Santo, e a representatividade da Escola Normal D. Pedro II na sociedade capixaba, responsável pela formação das jovens professoras normalistas no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas cotidianas. A mídia impressa foi importante para ressaltar as linhas norteadoras do processo de ensino oficial, e os “benéficos” resultados em torno de tal investimento. Com as transformações sociais mais amplas exigiram mudanças na imagem da normalista, a escola buscou combinar características modernas com alguns traços tradicionais, visando formar na Escola Normal D. Pedro II, jovens normalistas seguras e responsáveis, além de meigas e dóceis.

ESCOLA NORMAL D. PEDRO II

A instituição “escola normal” e suas reformas têm sido objeto constante de análises por parte dos teóricos da educação, pesquisadores e todos aqueles que de algum modo se interessam pelo problema educacional e cultural brasileiro.

Com a Lei no. 113 de 12 de junho de 1867, o Liceu passou a chamar-se “Colégio Espírito Santo”, freqüentado por 325 meninos, que, com novo plano e organização foi instalado em 2 de março de 1868, até a sua organização definitiva em Escola Normal para a formação do professorado, o que se concretizou pelo Decreto no. 674 de 6 de dezembro de 1869, que o transformou em “Colégio Normal Nossa Senhora da Penha”, criando-se o curso normal com a finalidade de habilitar professores para o ensino primário, iniciado com 38 meninas. A partir desse encaminhamento, somando aos esforços dos educadores e dos dirigentes em fundar um curso normal pensavam em redundar em uma Lei, que se consubstanciaria em ideais e lutas. E assim, foi criada a Escola Normal no Espírito Santo.

No ano de 1879, coube ao Dr. Elizeu de Souza Martins, quando presidente da província, a construção da “Casa de Instrução Pública”, instituição laica e pública. As primeiras leis aplicadas no Espírito Santo, no regime republicano, foram elaboradas pelo Presidente, Dr. José de Melo Carvalho Moniz Freire¹ que baixou o decreto no. 4 de 4 de junho de 1892 criando oficialmente a Escola Normal, segundo a historiografia local. Em 1925 passou a chamar-se Escola Normal D. “Pedro II”, em homenagem ao segundo imperador do Brasil, cujo centenário de nascimento se comemorava naquele ano.

A imagem da normalista pura, sublime e elevada, dos anos de 1920, condiz com o lema da Escola Normal D. Pedro II, contido na frase latina “*Sic itur ad astra*”, traduzida por Artur de Rezende em “Frasas e Curiosidades Latinas”: “É assim que a gente vai aos céus; é assim que uma pessoa se torna imortal”. Literalmente, a tradução seria: “Assim se vai nos astros”.

Cabe, ainda, mencionar que a normalista, no exercício da profissão, orientando os alunos como se fossem seus próprios filhos, afirmava sua capacidade profissional e intelectual. Dentro deste espírito é que se pensava na escola como uma continuação do lar e buscava-se estabelecer um “continuum” entre as funções de professora e mãe. Para essa reconstrução, é preciso incorporar à análise histórica, bem como a análise filosófica, a idéia de que, para compreender o que a Escola Normal realizou em seu passado, há necessidade de um estudo acerca do desempenho do seu papel social e também do ideário contemporâneo presente na década de 1920.

¹ Governou a Província do Espírito Santo de 1892 a 1896.

Referências

BARRETO, Sônia Maria da Costa. **Políticas Educacionais no Estado do Espírito Santo (1900-1930): um olhar histórico**. Vitória: EDUFES, 1999.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. 2ed. São Paulo: Contexto, 1994.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **Do privado ao público: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República**. 2001.297 p. Tese (Doutorado em História de Educação) - Faculdade de Filosofia, Letras e História da Universidade de São Paulo.

PACHECO, Renato. **Os dias antigos**. Vitória: EDUFES, 1998.

FRANCO, Sebastião Pimentel, HEES, Regina Rodrigues. **A República no Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003.

Revista Capichaba, anno IV, n. 82, em 15 de dezembro de 1926.

Revista Vida Capichaba. Edição Comemorativa. 2 ed. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo: Vitória, 2003.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **Vida Capichaba: o retrato de uma sociedade – 1930**. 2000, 55f. (Monografia) – Curso de Graduação em História do Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2000.

SCHWARTZ, Cleonara Maria. **“Tradicional Instituição” e “Ensino de Qualidade”:** **representação e imagem da Escola Normal D. Pedro II nos anos de 1950 - Vitória (ES)**. 2004.221 p. Tese (Doutorado em História da Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.